



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — N.º 21

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

DESTINADAS A APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 22, 23, 24, 29, 30 e 31 de março, 12, 13, 14, 26, 27 e 28 de abril, 3 e 4 de maio no ano em curso às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais constantes da relação anexa.

Senado Federal, em 2 de março de 1966.

AURO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

SESSÕES CONJUNTAS

Dia 22 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.184-D-65 na Câmara e nº 229-65 no Senado, que dispõe sobre o regime de trabalho nos portos organizados e dá outras providências.

Dia 23 de março: veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.513-65 na Câmara e nº 142165 no Senado, que reorganiza o Quadro do Pessoal da Justiça do Trabalho da Segunda Região e dá outras providências; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.511-A-65 na Câmara e nº 27-63 no Senado, que regula o pagamento referente à cota de que trata o art. 20 da Constituição Federal e dá outras providências; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 813-E-63 na Câmara e nº 307-64 no Senado, que concede isenção do imposto de importação e consumo, de emolumentos consulares e da taxa de despacho aduaneiro, excluída a cota de previdência social, para equipamentos industriais e acessórios destinados à produção de papel para impressão de jornais, periódicos e livros e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.141-D-65 na Câmara e nº 221-63 no Senado, que dispõe sobre as novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e do Conselho Superior do Trabalho Marítimos e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.162-C-65 na Câmara e nº 209-65 no Senado, que revoga a Lei nº 4.127, de 27 de agosto de 1962 e estabelece normas para a prestação do serviço de vigilância portuária por vigias matriculados nas Delegacias do Trabalho Marítimo.

Dia 24 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação, consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências.

Dia 29 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.208-65 na Câmara e nº 283-65 no Senado, que cria medidas de estímulo à Indústria de Construção Civil; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 223-65 no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.022-B-65 na Câmara e nº 272-63 no Senado, que altera a redação do art. 46 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (Código Brasileiro de Telecomunicações); — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.035-65 na Câmara e .. nº 292-65 no Senado, que concede isenção dos impostos de importação e de consumo e das taxas aduaneiras, exceto a de previdência social, ao equipamento importado pela Cervejaria Paraense S.A. — CERPASA — destinado à instalação de uma fábrica de cerveja em Belém, Estado do Pará; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.781-D-64 na Câmara e nº 191-64 no Senado, que retifica, sem ônus, a Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1964.

Dia 30 de março: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 11-65 (C.N.), que dispõe sobre a produção açucareira, a receita do Instituto do Açúcar e do Alcool e sua aplicação e dá outras providências.

Dia 31 de março: veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.204-B-61 na Câmara e nº 127-65 no Senado, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Arquitetura e Agronomia; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.) que dispõe sobre a inatividade dos militares da Marinha, da Aeronáutica e do Exército; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.276-D-65 na Câmara e nº 291-65 no Senado, que dá nova redação ao art. 2º e ao § 1º do art. 6º da Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, que estabelece normas para o processo dos dissídios coletivos; — veto (total) ao Projeto de Lei nº 479-C-63 na Câmara e nº 234-65 no Senado, que torna obrigatória a qualidade de jornalista profissional para a ocupação dos cargos do Serviço Público relacionados com a imprensa falada, escrita ou televisada.

Dias 12 e 13 de abril: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.209-A-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado, que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Superior.

Dia 14 de abril: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 4.295-D-62 na Câmara e nº 23-64 no Senado, que dispõe sobre a organização do Ministério das Minas e Energia e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.273-D-65 na Câmara e nº 285-65 no Senado, que dispõe sobre o uso de cofres de carga nos transportes de mercadorias; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 93 346-65 na Câmara e nº 318-65 no Senado, que modifica dispositivo da Lei nº 3.119, de 31 de março de 1957, que autoriza a União a constituir uma sociedade por ações denominada "Sociedade Termoeletrica de Capivari — SOTELCA" e que passa a denominar-se "Sociedade Termoeletrica de Capivari S.A. — SOTELCA".

Dias 26 e 27 de abril: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 93.083-E-65 na Câmara e nº 281-65 no Senado, que modifica o "Plano Nacional de Viação" estabelecido na Lei nº 1.592, de 29.12.64.

Dia 28 de abril: veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.071-B-64 na Câmara e nº 277-65 no Senado, que dispõe sobre a integração do surdo em cargos do Serviço Público Federal; — veto (parcial) ao Projeto de Lei número 1.176-B-63 na Câmara e nº 294-65 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Minas e Energia, o crédito especial de Cr\$ 1.500.000.000, para complementação dos recursos destinados à construção da "Usina Coaraci Nunes"; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.272-B-63 na Câmara e nº 284-65 no Senado, que estende aos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará o regime de isenção fiscal de que gozam o Lóde Brasileiro e a Companhia de Navegação Costeira.

Dia 3 de maio: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967, 1968 e dá outras providências.

Dia 4 de maio: veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.548-C-65 na Câmara e nº 257-65 no Senado que proíbe o emprego da palavra "couro" em produtos industrializados e dá outras providências; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 2.537-B-65 na Câmara e nº 268-65 no Senado, que estabelece os casos em que a autorização a funcionário público para se ausentar do País deve ser concedida pelo órgão ou repartição pública a que esteja subordinado; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 952-C-63 na Câmara e nº 11-64 no Senado que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, nos casos de abuso de autoridade; — veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.000-D-65 na Câmara e nº 230-65 no Senado, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1966.

SENADO FEDERAL

ATA DA 7ª SESSÃO, EM 10 DE

MARÇO DE 1966

4ª Sessão Legislativa,
da 5ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS.: NOGUEIRA DA GAMA E CATTETE PINHEIRO

As 14h30m acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
César Passos
Vitor Lima
Cattete Pinheiro
Ruy Carneiro
Barros Carvalho
Pessoa de Queiroz
Ermirio de Moraes
Silvestre Péricles
Rui Palmeira
José Leite
Aloysio de Carvalho
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Antônio Vianna
Cattete Marinho
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
João Abrahão
José Feliciano
Pedro Ludovico
Lopes da Costa
Bezerra Neto
Antônio Carlos
Daniel Krieger
Gay da Fonseca

(27)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Srs. Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

COMUNICAÇÃO DE ELEIÇÃO E POSSE:

— da Diretoria da União Operária Amazonense, Manaus, AM;
— do Diretor da Estrada de Ferro Tocantins, Belém, PA;
— da Diretoria da Associação Comercial de Imperatriz, MA;
— do Prefeito Municipal de Presidente Dutra, MA;
— da Mesa da Câmara Municipal de Cupira, PE;
— da Mesa da Câmara Municipal de Gameleira, PE;
— da Mesa da Câmara Municipal de Gravata, PE;
— da Mesa da Câmara Municipal de Atalaia, AL;
— do Prefeito Municipal de Atalaia, AL;
— da Mesa da Câmara Municipal de Cajueiro, AL;
— da Mesa da Câmara Municipal de Coruripe, AL;
— do Prefeito Municipal de Coruripe, AL;
— da Mesa da Câmara Municipal de Maceió, AL;
— do Prefeito Municipal de Palmeira dos Índios, AL;
— da Mesa da Câmara Municipal de Piaçabuçu, AL;
— da Mesa da Câmara Municipal de Araguaçu, GO;
— da Mesa da Câmara Municipal de Cachoëira-Alta, SC;
— do Prefeito Municipal de Cumari, GO;
— do Prefeito Municipal de Formoso do Araguaia, GO;
— do Prefeito Municipal de Lagoândia, GO;
— da Mesa da Câmara Municipal de Mozarlândia, GO;

— do Prefeito Municipal de Padre Bernardo, GO;
— do Presidente da Câmara Municipal de Padre Bernardo, GO;
— do Prefeito Municipal de Piraí, GO;
— do Prefeito Municipal de São Sebastião do Tocantins, GO;
— da Mesa da Câmara Municipal de Nioaque, MT;
— da Mesa da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano, MG;
— da Mesa da Câmara Municipal de Corumbatai, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Capivari, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Guareí, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Iperó, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Jacupiranga, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Pompéia, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Rancharia, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Votuporanga, SP;
— da Mesa da Câmara Municipal de Brusque, SC;
— do Prefeito Municipal de Brusque, SC;
— da Mesa da Câmara Municipal de Pomerode, SC.

Apelos no sentido da inclusão do Novo Código de Trânsito, de dispositivo que obriga aos proprietários de caminhões a colocação de pára-choques traseiros nos referidos veículos.
— da Câmara Municipal de Camaquã, RS;
— da Câmara Municipal de Pelotas, RS.

PRESTAÇÃO DE CONTAS DA COTA DO IMPOSTO DE RENDA RECEBIDA DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS

— do Prefeito Municipal de Pio IX, PI;
— do Prefeito Municipal de Urubana, GO;
— do Prefeito Municipal de Louveira, SP.

PARECER

Parecer nº 125, de 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1965.

Relator: Sr. Antônio Carlos

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1965, que declara de utilidade pública o "Instituto Bom Pastor", com sede em Ananindeua, Estado do Pará. Sala das Sessões, em 9 de março de 1966. — Eurico Rezende, Presidente — Antônio Carlos, Relator — Edmundo Levi.

ANEXO AO PARECER Nº 125, DE 1966

Redação final do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1966, que declara de utilidade pública o "Instituto Bom Pastor", com sede em Ananindeua, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É declarado de utilidade pública o "Instituto Bom Pastor", com sede em Ananindeua, Estado do Pará.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está finda a leitura do expediente. (Pausa.)

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 50,
Ano	Cr\$ 96
Exterior	
Ano	Cr\$ 135,

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 39
Ano	Cr\$ 76,
Exterior	
Ano	Cr\$ 108,

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esolarescimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

É lido e deferido o seguinte

Requerimento nº 88, de 1966

Requerimento nº 86, de 1966

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 261, do Regimento Interno, requero a Vossa Excelência a reconstituição do Projeto de Decreto Legislativo, de 1953, que aprova o contrato celebrado entre a Comissão Executiva do Plano Postal Telegráfico e a firma A. Martins Mendes & Cia. Ltda., para modificações no trecho final da 3ª etapa da linha de dutos ao longo da Avenida Brasil, no Estado da Guanabara, que se acha extraviado.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1966. — Milton Campos.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O Sr. 1º Secretário procederá à leitura de requerimentos de informações.

São lidos os seguintes

Requerimento nº 87, de 1966

Sr. Presidente,

Requeiro, regimentalmente, se ofício ao Executivo, a fim de que informe, tendo em vista a aprovação da Emenda Constitucional nº 18, de 1965, há mais de três meses, sobre:

a) se existem estudos em andamento, visando à estruturação das Leis complementares de que tratam os § 4º e § 1º dos arts. 8º e 7º respectivamente;

b) qual a estimativa aproximada da apresentação ao Congresso dessa legislação;

c) se existem órgãos, comissões ou grupos incumbidos dessa tarefa?

Sala das Sessões, em 10 de março de 1966. — Bezerra Neto.

Requeremos, nos termos regimentais, sejam solicitadas do Sr. Prefeito do Distrito Federal, as informações que se seguem:

1) Qual o número de classes dos Cursos Primário e Médio que estão com seu funcionamento suspenso por falta de professores?
2) Quais as razões pelas quais não são recrutados professores para preenchimento de vagas existentes?
3) Que razões de outra natureza impedem o normal e indispensável funcionamento das classes escolares existentes?

Justificação

Não é preciso salientar a relevância do problema educacional nem as suas lamentáveis deficiências em todo o País, pois sabemos que é extremamente inferior às nossas necessidades mínimas o número de escolas e classes existentes.

Entretanto, chega ao nosso conhecimento que, no próprio Distrito Federal, isto é, na sede do Governo da República, existem nada menos de 199 (cento e noventa e nove) classes fechadas, privando muitos milhares de crianças de condições mínimas para educação primária e isto, ao que se informa, por falta de professores.

Não acreditamos na inexistência de pessoas habilitadas para o exercício desse magistério e nada, a nosso ver, justifica, em consequência, que os quadros de pessoal da Municipalidade de Brasília não atendam ao normal funcionamento sequer dos órgãos existentes.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1966. — José Ermirio de Moraes.

Requerimento nº 89, de 1966

Requeremos, nos termos regimentais, sejam solicitadas ao Senhor Ministro da Fazenda as informações que abaixo vão enumeradas:

1) Quais os critérios adotados, com base na Instrução nº 289, de 14 de

janeiro de 1965, da antiga SUMOC, no que se refere ao item 3 desse ato administrativo?

2) A Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S.A., com apoio nesse referido dispositivo tem, de qualquer forma, garantido a mesma taxa para conversibilidade futura?

Justificação

Verifica-se pela estimativa constante da página 87 da Mensagem anual do Senhor Presidente da República, relativa ao ano de 1966, que o ingresso de capitais com amparo na Instrução nº 239, de 14 de janeiro de 1965, da antiga SUMOC, foi, no ano passado, de cento e setenta e sete milhões de dólares (US\$ 177 milhões), nenhum outro esclarecimento prestando ao Congresso Nacional sobre os critérios adotados, com base na mesma Instrução, o que torna impossível qualquer avaliação, ainda que superficial das vantagens ou inconveniências para a economia nacional de tais operações.

Dai a razão deste Requerimento. Sala das Sessões, em 10 de março de 1966. — José Ernirio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Os requerimentos lidos vão à publicação e em seguida, serão despachados pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Esta Presidência deferiu, hoje, o requerimento de informações, apresentado ontem pelo Sr. Senador Gilberto Marinho ao Sr. Ministro da Educação e Cultura. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

Ha oradores inscritos. Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende. (Pausa) Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende. (Pausa)

S. Exª não está presente.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi. (Pausa)

S. Exª não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Valdo Lima. (Pausa)

S. Exª também não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, a 1ª de dezembro do ano passado foi promulgada a Emenda Constitucional número 18 que alterou, profundamente, o sistema tributário nacional, a matéria foi objeto de interesse de todo o País, tanto assim que, em torno da discussão pelo Congresso Nacional, da emenda, mobilizaram-se interessados, em defesa da competência tributária dos Estados e outros, dos Municípios. Após tremenda controvérsia e debates prolongados, e mais de uma centena de emendas oferecidas na Comissão Mista que tratou do assunto, foi o projeto aprovado.

A Emenda, Sr. Presidente, como disse, introduziu transformações profundas, alterando a fisionomia da Constituição Federal, no campo tributário, e infligindo, de maneira drástica, sobre o sistema de impostos e taxas dos Estados e Municípios.

Quero chamar a atenção da Casa para o assunto objeto de meu Requerimento de informações ao Sr. Ministro da Fazenda, que se conjuga com o Art. 1º da Emenda, assim redigido:

"O sistema tributário nacional compõe-se de impostos, taxas e contribuições de melhorias e é regido pelo disposto nesta Emenda em leis complementares, em reso-

luções do Senado Federal e nos limites das respectivas competências em lei federal, estadual e municipal".

Dentro da sistemática do Art. 1º, a Emenda Constitucional nº 18, prevê, em vários de seus dispositivos, o envio, pelo Executivo, ao Congresso, de Projetos de Lei complementares e também prevê, em várias partes deste texto, que a aplicação da reforma tributária da Emenda nº 18, por Estados e até mesmo por Municípios, vai depender de resoluções aprovadas pelo Senado Federal.

Mas as resoluções previstas, na órbita do Senado Federal, ficam na dependência de projetos de leis complementares que deverão ser mandados pelo Poder Executivo Federal. Nenhum desses projetos de leis complementares foi enviado ainda ao Congresso Nacional. Isso é de uma importância concreta, no que tange a funcionalidade do sistema tributário brasileiro na União, nos Estados e nos Municípios.

O Art. 7º, § 1º, por exemplo, diz o seguinte:

"Art. 7º Compete à União:

I — o imposto sobre a importação de produtos estrangeiros;

II — o imposto sobre a exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados.

§ 1º O Poder Executivo pode nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo dos impostos a que se refere este artigo, a fim de ajustá-los aos objetivos da política cambial e de comércio exterior".

O Art. 8º, § 4º, diz o seguinte:

"A alíquota do imposto não excederá os limites fixados em resolução do Senado Federal, nos termos do disposto em lei complementar, e o seu montante será dedutível do devido à União, a título do imposto de que trata o art. 8º, nº 11, sobre o provento decorrente da mesma transmissão".

Vários outros artigos da Emenda Constitucional nº 18 — os arts. 12, 15, 21 e 23 — colocam a execução do novo sistema tributário nacional, na dependência do envio, pelo Executivo Federal, de projetos de leis complementares. O curso do novo sistema tributário fica condicionado, não apenas a essas leis complementares, mas ainda às resoluções específicas do Senado Federal. De modo que é de importância, a mais profunda, e de urgência indiscutível, que o Executivo envie ao Congresso tais proposições por dar execução à Emenda Constitucional nº 18, que alterou, radicalmente, nosso sistema tributário.

Dai o pedido de informações que formulei ao Sr. Ministro da Fazenda, porque, em termos de tributação, de meios para o Estado realizar sua Receita e efetuar suas despesas, todo o País está preso está amarrado, à mercê da efetivação dessas medidas.

A própria elaboração orçamentária está na dependência da disciplina da Emenda Constitucional nº 18, das Leis Complementares, das Resoluções do Senado, proposições todas que mudam o sistema tributário nacional. Não vejo portanto, por que mais considerações para encarecer aquilo que é evidente, é urgente, qual o envio das Mensagens do Executivo ao Congresso para que seja, realmente, executada a referida Emenda Constitucional nº 18.

O Sr. Antonio Carlos — Permite V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. BEZERRA NETO — Pois não.

O Sr. Antonio Carlos — O assunto que V. Exª está abordando, nobre Se-

nador Bezerra Neto, é de grande importância e atualidade. Para ressaltar esse aspecto do discurso de V. Exª eu me permito citar um caso concreto: a emenda que reformou as disposições constitucionais sobre impostos de Exportação, anteriormente da competência dos Estados e cobrado até a taxa de 5% ad valorem. Essa extinção da atribuição dos Estados passou o Imposto de Exportação para o âmbito da União e essa transferência — segundo reiteradas declarações do Senhor Ministro da Fazenda e de outras autoridades financeiras do País, visava a constituir um fundo capaz de trazer normalidade e segurança as exportações brasileiras. O resultado da cobrança constituirá, como disse, um fundo para atender aos produtos de exportação brasileiros quando dos períodos de crises, quando dos períodos de queda de preços internacionais e esse imposto será diminuído ou mesmo transitoriamente suspenso quanto a sua cobrança no caso de os preços internacionais terem níveis satisfatórios.

Os Estados ficaram com outros impostos. O que está ocorrendo é que, antes mesmo de a União regulamentar a sua cobrança, os Estados passaram a cobrar o Imposto de Vendas e Consignações sobre as operações de Exportação era da ordem de 5%. Com a sua transferência para a União, o Estado está cobrando sobre as operações de exportação 6,8% de Imposto de Vendas e Consignações. Os exportadores, em vez de se beneficiarem com a transferência desse imposto para a esfera da União, estão sendo prejudicados, porque passaram a pagar tributo maior. E o que ocorre com produtos exportados por Santa Catarina: a fêcula e a madeira. É urgente a regulamentação dos dispositivos da Emenda Constitucional número 18.

O SR. BEZERRA NETO — Todavia, o assunto ficou na dependência de leis complementares e de resoluções do Senado.

O Sr. Antonio Carlos — Os impostos transferidos para o âmbito estadual estão sendo cobrados pelos Estados naquilo que lhes compete, de acordo com a Emenda Constitucional número 18, e ainda cobram, através do Imposto de Vendas e Consignações o Imposto de Exportação, com uma taxa majorada. A Emenda Constitucional número 18 também precisa ser regulamentada, não só em face das irregularidades que estão ocorrendo, como, também, no que toca ao Imposto de Vendas e Consignações. O Imposto de Vendas e Consignações foi extinto.

O Sr. Bezerra Neto — Passou para a competência da União.

O Sr. Antonio Carlos — O Governo adotou uma outra nomenclatura, para esse imposto e uma outra sistemática. Pois bem. Até hoje, vários Estados estão cobrando duas vezes o Imposto de Vendas e Consignações. É o que acontece, em relação ao Estado de Santa Catarina, com os artefatos de couro. Os artefatos de couro foram considerados produtos de indústria de origem agropecuária. O imposto, então, deveria ser cobrado pelo Estado produtor. Em Santa Catarina, temos vários cortumes que fornecem grande quantidade de material ao Estado de São Paulo. Tenho correspondência de alguns desses cortumes comunicando-me que pagam imposto em Santa Catarina e a Fazenda do Estado de São Paulo também está exigindo o pagamento do mesmo imposto naquele Estado. Há, pois, necessidade urgente de União regulamentar a Emenda Constitucional através do envio dessas mensagens, através de resoluções do Senado. E enquanto essas mensagens não vêm

ao Congresso e o Senado não tem possibilidade de exercer suas atribuições, é necessário que o Ministério da Fazenda, através de atos administrativos, execute a emenda que veio para facilitar, para normalizar, para simplificar o sistema tributário brasileiro e não esteja complicando, tornando mais difícil e oneroso para produtores no que toca o pagamento dos impostos. Grato a Vossa Excelência.

O SR. BEZERRA NETO — Vossa Excelência tem toda razão. Não é a primeira vez que os fatos provam que as tentativas da União de inverter, ou de transformar a discriminação de rendas, tem dado nessa falta de eficiência da inovação.

Com o advento da Reforma Agrária, do Estatuto da Terra, também houve a mudança do sistema de lançamento do imposto territorial rural. Os Municípios ficaram parados, esperando a ação da União, do Governo Federal a quem cabia o lançamento do imposto territorial rural. Nada foi feito. Resultou que a faculdade de fazer esse lançamento acabou sendo devolvida aos Municípios. Passou-se um ano sem o lançamento do imposto territorial rural.

No caso do Imposto de Vendas e Consignações, mais popular para os Estados, de vida para os Estados, vamos reconhecer que nosso sistema constitucional tem sido ingrato para com eles. A União sempre foi mais bem aquinhada do que os Estados. Mas quando há imposto sobre a produção e circulação das riquezas, a Emenda constitucional incide em verdadeira contradição e cria dificuldades que, para serem sanadas, estão na dependência das leis regulamentares. O Governo, porém, com o poder que tem, através de atos, independentemente do pronunciamento do Congresso, já poderia ter disciplinado essa matéria.

Com relação ao caso do Imposto de Vendas e Consignações, reza o Artigo 11 da Emenda Constitucional número 18:

"Compete à União o imposto sobre produtos industrializados".

Reza o Artigo 12 da citada emenda:

"Compete aos Estados o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, realizadas por comerciantes, industriais e produtores".

Mas prevê o § 2º do Artigo 12 que as leis complementares, não só federais, como estaduais, a ação legislativa dos Estados deverão disciplinar objetiva e definitivamente a matéria.

De modo que se trata de um assunto objetivamente urgente, pois de leis complementares ou atos complementares do Executivo depende a aplicação da complexa Emenda Constitucional número 18, que alterou toda a sistemática tributária da nossa Constituição. (Muito bem)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra do Senhor Senador Gilberto Marinho.

O SENHOR GILBERTO MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO ANTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa)

COMPARECEM MAIS OS SRs. SENADORES:

Edmundo Levi
Arthur Virgílio
Zacharias de Assumpção

Lobão da Silveira
Sebastião Archer
Joaquim Parente
Dinarte Mariz
Manoel Vilaga
Domício Gondim
Heribaldo Vieira
Raul Giuberti
Milton Campos
Filinto Muller
Atílio Fontana

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Para a Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre o Projeto de Emenda à Constituição número 3, de 1965, a Presidência designa os Senhores Senadores.

Wilson Gonçalves
Jefferson de Aguiar
Afonso Arinos
Heribaldo Vieira
Eurico Rezende
Milton Campos
Gay da Fonseca
José Feliciano
Benedicto Valladares
Menezes Pimentel
Antônio Balbino
Arthur Virgílio
Bezerra Neto
Josaphat Marinho
Ruy Carneiro e
Argemiro de Figueiredo

O projeto em apêço dá nova redação ao artigo 90 da Constituição fazendo depender de prévia aprovação do Senado a nomeação de Ministros de Estado.

É de iniciativa do Senhor Senador Edmundo Levi. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Não há mais oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEN DO DIA

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Presente 38 Srs. Senadores, passa-se à

ORDEN DO DIA

Item 1:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 1965, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que disciplina o registro, no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), dos acordos, convênios ou contratos com objetivos agro-pecuários, ou de interesse de política agrária, sem a obrigatoriedade de exame pelo Tribunal de Contas, tendo Pareceres (ns. 820 e 821, de 1965, e 35 e 36, de 1966) das Comissões de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento (sobre o projeto), favorável, com a emenda que oferece nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a emenda de Plenário, de nº 2), favorável; — de Agricultura — 1º pronunciamento (sobre o projeto e a emenda da Comissão de Constituição e Justiça), favorável; 2º pronunciamento (sobre a emenda de Plenário), pela rejeição.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 1965

Disciplina o registro no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) dos acordos, convênios ou contratos com objetivos agro-pecuários, ou de interesse de política agrária, sem a obrigatoriedade de exame pelo Tribunal de Contas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os acordos, convênios ou contratos com objetivos agro-pecuários, ou de interesse da política agrária, instituída pela Lei nº 4.504, de 30-11-64 (Estatuto da Terra), firmados em qualquer Ministério ou outra entidade de direito público, serão registrados no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA).

Art. 2º No caso do IBRA entender que qualquer dos instrumentos referidos no artigo primeiro interessa de modo relevante à receita ou à despesa pública, promoverá o seu registro no Tribunal de Contas da União, sem que a demora do registro obste a execução do acordo, convênio ou contrato.

Parágrafo único. O IBRA enviará relatório anual, ao Tribunal de Contas, para os fins estatísticos e de contabilidade pública, sobre os convênios, acordos e contratos firmados no exercício.

Art. 3º Para o registro de que trata o artigo anterior fica dispensada a juntada de provas de idoneidade pessoal e técnica das partes interessadas, sendo o IBRA o responsável pela idoneidade exigida nos atuais regulamentos às partes pactuantes.

Art. 4º Nenhum dos instrumentos referidos no artigo primeiro desta lei após a lavatura, e para o fim de registro, poderá ser enviado diretamente, pelas partes que nele se obrigarem, ao Tribunal de Contas da União.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 7 de maio de 1965.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em votação a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Foi aprovada.

É a seguinte a emenda aprovada:

EMENDA Nº 1-CCJ

Suprimam-se os arts. 2º (caput) e 3º do projeto.
O parágrafo único do art. 2º passará a art. 2º.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em votação a emenda de Plenário, com parecer contrário da Comissão de Agricultura.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Foi rejeitada.

É a seguinte a emenda rejeitada:

EMENDA Nº 2

Art. ... Em áreas de terra de qualquer extensão, havidas por herança em que se comprove a sucessão de mais de 20 anos ou adquiridas por compra com transcrição em registro de imóveis, há mais de 10 anos, o plano de colonização será registrado pelo Instituto de Reforma Agrária, uma vez que não crie latifúndios nem minifúndios.

Parágrafo único. Comprovada a idoneidade dos interessados, quer pessoa física ou jurídica, do registro do IBRA, será dada ciência ao Tribunal de Contas da União para efeito de registro e arquivamento.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — O projeto vai à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto nº 9, de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que exonera, a pedido, Beatriz Brown Costa, Oficial Legislativo, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Voltará à Comissão Diretora para redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 9, DE 1966

Exonera, a pedido, Beatriz Brown Costa, Oficial Legislativo, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É exonera, a pedido, de acordo com o art. 85, letra c, item 2, do Regimento Interno, do cargo de Oficial Legislativo, PL-6, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Beatriz Brown Costa.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 10, de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que exonera, a pedido, o Auxiliar Legislativo, PL-7, Celso de Freitas Cavalcanti, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O projeto voltará à Comissão Diretora para redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10, DE 1966

Exonera, a pedido, o Auxiliar Legislativo, PL-7, Celso de Freitas Cavalcanti, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É exonera, a pedido, de acordo com o art. 85, letra c, item 2, do Regimento Interno, do cargo de Auxiliar Legislativo, PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Celso de Freitas Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 11, de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — o Locutor de Radiodifusão, PL-10, Leonel Amaro de Medeiros, da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. O projeto volta à Comissão Diretora para redação final.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 11, DE 1966

Põe à disposição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — o Locutor de Radiodifusão, PL-10, Leonel Amaro de Medeiros, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É posto à disposição da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE — nos termos dos arts. 92 e 369, da Resolução nº 6, de 1960, pelo prazo de um ano, sem vencimentos, o Locutor de Radiodifusão, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, Leonel Amaro de Medeiros.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 5:
Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 12, de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que põe à disposição do Banco Nacional de Habitação o Ajudante de Almoxarife, PL-7, Jayme Teixeira Netto, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Em discussão o Projeto. (Pausa.)
Nenhum Sr. Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

Em votação o Projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado. Volta à Comissão Diretora para a Redação Final.

É o seguinte o Projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 12, DE 1966

Põe à disposição do Banco Nacional de Habitação o Ajudante de Almoxarife, PL-7, Jayme Teixeira Netto, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. único. É posto à disposição do Banco Nacional de Habitação, sem vencimentos e sem ônus para o Senado, nos termos dos arts. 92 e 369, da Resolução nº 6, de 1960, o ajudante de Almoxarife, PL-7, Jayme Teixeira Netto, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 6:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 157 de 1965 (nº 1.315-B de 1965 na Casa de origem), que dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 4.070, de 15 de junho de 1962 (que eleva o Território do Acre à categoria de Estado), tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 1.516 a 1.518, de 1965, das Comissões — de Constituição e Justiça, — de Serviço Público Civil e — de Finanças.

Há sobre a mesa emenda sobre o Projeto que vai ser lida pelo Senhor 1º Secretário.

É lida a seguinte.

EMENDA Nº 1

Acrescente-se:

§ 3º Para execução do pagamento, de que trata o § 1º, poderão ser requisitados funcionários do estado do Acre, seja pela Mesa de Rendas do Rio Branco, seja pelas Coletorias Federais de interior.

Justificação

O motivo é óbvio: trata-se de assegurar à Mesa de Rendas de Rio Branco e às Coletorias Federais de

interior condições para a realização dos atos que o 1º lhes atribui.

Sala das Sessões, em 10 de março de 1966. — Oscar Passos.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Em discussão o Projeto com a Emenda que acaba de ser lida. (Pausa.)

Nenhum Senhor Senador desejando usar a palavra, declaro encerrada a discussão.

O Projeto sai da Ordem do Dia para o pronunciamento das Comissões sobre a Emenda.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 1965, originário da Câmara dos Deputados (nº 238-B, de 1965, na Casa de origem) que aprova o Acordo Cultural assinado entre Brasil e a Costa Rica, em São José, em 19 de novembro de 1964, tendo Pareceres Favoráveis, sob ns. 7, 8 e 9, de 1966, das Comissões — de Relações Exteriores, — de Educação e Cultura e — de Finanças.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O projeto vai à Comissão de Relação.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 1965

Nº 238-B-65, na Câmara)

aprova o Acordo Cultural assinado entre o Brasil e a Costa Rica, em São José, em 19 de novembro de 1964.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Acordo Cultural assinado entre o Brasil e a Costa Rica, em São José, em 19 de novembro de 1964.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

CONVÊNIO DE INTERCÂMBIO CULTURAL BRASIL-COSTA RICA

Os Governos dos Estados Unidos do Brasil e da República de Costa Rica.

Convencidos de que, para o mais amplo desenvolvimento da cultura americana e da política interamericana, é fundamental e necessário um conhecimento mais íntimo entre os países do Continente;

Desejosos de incrementar o intercâmbio cultural, artístico e científico entre ambos os países, tornando cada vez mais firme a tradicional amizade que une o Brasil e a Costa Rica;

Resolveram celebrar um Convênio de Intercâmbio Cultural, e para esse fim nomeiam, seus Plenipotenciários, a saber:

Sua Excelência o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, a Sua Excelência a Senhora Odette de Carvalho e Souza, Embaixadora do Brasil em Costa Rica;

Sua Excelência o Presidente da República da Costa Rica, o Senhor Francisco J. Orlich, a Sua Excelência o Licenciado Mario Gomez Calvo, Vice-Ministro das Relações Exteriores;

Os quais, após haverem trocado os seus Plenos Poderes, achados em boa

e devida forma, acordaram no seguinte:

Artigo 1

Cada Parte Contratante se compromete a promover o intercâmbio cultural no seu mais amplo sentido, entre brasileiros e costarriquenses, apoiando a obra que, em seu território, realizem as instituições culturais, educativas, científicas, históricas ou técnicas consagração à difusão do idioma e dos valores culturais da outra Parte.

Artigo 2

Cada Parte Contratante se compromete a estimular as relações entre os estabelecimentos de ensino de nível superior de ambos os países e promoverá o intercâmbio de seus professores, por meio de estágio no território da outra Parte, a fim de ministrarem cursos ou realizarem pesquisas de suas especialidades.

Artigo 3

Cada Parte Contratante estudará a possibilidade de conceder anualmente bolsas de estudo a estudantes pós-graduados, profissionais, técnicos, cientistas ou artistas, enviados por um ou outro país, para aperfeiçoarem seus conhecimentos.

§ 1º Aos brasileiros e costarriquenses, beneficiários dessas bolsas, será concedida dispensa de formalidades administrativas e do pagamento de taxas de matrícula, de exames e de outras do mesmo gênero.

§ 2º Cada Parte Contratante consignará no respectivo orçamento, no mais breve prazo possível, dotação especial para pagamento das bolsas de que trata o art. 3º.

Artigo 4

Os diplomas de ensino secundário expedidos pelas escolas de ambos os países, em favor de nacionais da outra Parte Contratante, serão reconhecidos nas Universidades brasileiras e costarriquenses para ingresso nos estabelecimentos de ensino superior, sem necessidade de apresentação de teses ou prestação de exames, subordinados apenas à capacidade de recebimento das instituições.

§ 1º As autoridades educacionais das Partes Contratantes darão a conhecer anualmente, por via diplomática, o número de estudantes da outra Parte que poderão obter matrícula em seus institutos de ensino superior.

§ 2º Terão preferência para obter matrícula os estudantes da outra Parte que, em seu país, tenham sido aprovados em exames vestibulares em Faculdades congêneres ou preenchido outras condições ali exigidas para matrícula em instituto de ensino superior.

Artigo 5

Para a continuação dos estudos em curso primário, secundário ou superior, serão aceitos os certificados legalizados de estudos feitos em institutos congêneres de uma e outra Parte, desde que os programas tenham nos dois países, a mesma seriação e o mesmo desenvolvimento; na falta dessa correspondência, haverá exames de adaptação.

Artigo 6

Cada Parte Contratante, quando apresentados devidamente legalizados, reconhecerá a validade, no Brasil e na Costa Rica, dos diplomas científicos, profissionais, técnicos e artísticos expedidos por seus institutos oficiais para matrícula em cursos ou estabelecimentos de aperfeiçoamento ou de especialização.

Artigo 7

Satisfeitas as exigências legais, os diplomas e os títulos para o exercício de profissões liberais, expedidos por institutos oficiais de uma das Partes Contratantes a cidadãos da outra, terão plena validade no país de origem

do interessado, sendo, porém, indispensável a autenticação de tais documentos.

Artigo 8

Cada Parte Contratante patrocinará a organização periódica de exposições culturais, técnicas, científicas e de caráter econômico, bem como de festivais de teatro, de música e de cinema documentário e artístico.

Artigo 9

Cada Parte Contratante promoverá acordos entre suas emissoras oficiais, com o fim de organizar a transmissão periódica de programas radiofônicos de caráter cultural-informativo, preparados pela outra Parte, e de difundir, reciprocamente, seus valores culturais e suas atrações turísticas.

Artigo 10

Cada Parte Contratante favorecerá a introdução em seu território de películas documentárias, artísticas e educativas, originárias da outra Parte.

Artigo 11

Cada Parte Contratante facilitará, sob a reserva única da segurança, a livre circulação de jornais, revistas e publicações informativas, assim como a recepção de noticiários radiofônicos e de programas de televisão, originários da outra Parte.

Artigo 12

Cada Parte Contratante protegerá, em seu território, os direitos da propriedade artística, intelectual e científica originária da outra Parte, de acordo com as convenções internacionais a que tenha aderido ou venha a aderir no futuro.

Parágrafo único. Igualmente estudará a melhor forma para conceder aos autores da outra Parte o mesmo tratamento que o outorgado aos autores nacionais para o recebimento de seus direitos.

Artigo 13

Cada Parte Contratante facilitará a admissão, em seu território, assim como a saída eventual, de instrumentos científicos e técnicos, material pedagógico, obras de arte, livros e documentos ou quaisquer objetos que, procedentes da outra Parte, contribuam para o eficaz desenvolvimento das atividades compreendidas no presente Convênio, ou que, destinando-se a exposições temporárias, devam retornar ao território de origem, respeitadas em todos os casos as disposições que regem o patrimônio nacional.

Artigo 14

Para velar pela aplicação do presente Convênio, será oportunamente criada uma Comissão Mista, integrada por três representantes de cada Parte Contratante, a qual se reunirá, quando necessário e alternadamente, nas capitais dos respectivos países.

§ 1º Na referida Comissão deverão estar representados o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Educação e a Missão diplomática de cada uma das Partes Contratantes.

§ 2º Caberá à referida Comissão estudar concretamente os meios mais adequados à perfeita execução do presente Convênio, para o que deverá recorrer, sempre que necessário, à colaboração das autoridades competentes das Partes Contratantes, envidando esforços para criar condições propícias à realização plena dos altos objetivos do presente Convênio.

Artigo 15

O presente Convênio entrará em vigor trinta dias depois da troca dos Instrumentos de Ratificação, a efetuar-se na cidade do Rio de Janeiro, e a sua vigência durará até seis meses após a data em que for denunciado por uma das Partes Contratantes. Em 14 de maio, os Plenipotenciários

acima nomeados assinam e selam o presente Convênio em dois exemplares igualmente autênticos, nas línguas portuguesa e espanhola.

São José, em 19 de novembro de 1964. — Odette de Carvalho e Souza — Mario Gomez Calvo.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 8:

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 7, de 1966, do Sr. Senador Bezerra Neto, solicitando consignado em ata de um voto de homenagem pelo transcurso do centenário de Edmundo Bittencourt, tendo Parecer favorável, sob nº 109, da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa)

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

A Mesa fará constar de ata o voto solicitado e dele dará conhecimento ao "Correio da Manhã".

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 9

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado, número 2, de 1963, que acrescenta um parágrafo do artigo 67 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, (Lei Orgânica da Previdência Social) tendo Pareceres, sob ns 48, 49 e 50 de 1964, e 74 e 75, de 1966, das Comissões: de Constituição e Justiça; 1º pronunciamento — favorável; 2º pronunciamento — (solicitado pelo Presidente da Comissão de Finanças) favorável; — de Legislação Social — favorável; — de Finanças — 1º pronunciamento — solicita audiência do Poder Executivo através do Ministério do Trabalho; 2º pronunciamento — (depois de cumprida a diligência) favorável.

Em discussão.

Se nenhum Sr. Senador pedir a palavra, darei como encerrada a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados.

(Pausa)

Está aprovado.

O projeto vai à sanção.

E' o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 2, DE 1963

Acrescenta um parágrafo ao artigo 67 da lei número 3.807 de 26 de agosto de 1960.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 67 da lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960 que dispõe sobre a lei orgânica da Previdência Social, é acrescido do seguinte parágrafo:

Art. 67

§ 5º Os valores das aposentadorias por invalidez e por velhice serão reajustados sempre que o seu valor mensal seja inferior ao salário-mínimo regional, reajustamento que se processará independentemente de qualquer formalidade.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

S.R. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 10:

Discussão, em primeiro turno (com apreciação preliminar da constitucionalidade nos termos do artigo 265 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado número 59, de 1965, de autoria do Senhor Senador Adalberto Sena que institui a realização de um plebiscito na região acreana do Vale do Juruá-Tacaná, tendo Parecer, sob nº 1.412, de 1965, da Comissão de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com votos vencidos dos Senhores Senadores Heribaldo Vieira e Edmundo Levi.

Em discussão o Projeto quanto à preliminar.

Tem a palavra o nobre Senador Adalberto Sena.

O SR. ADALBERTO SERRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, venho fazer um apelo aos meus ilustres colegas, no sentido da rejeição do parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que considerou inconstitucional o projeto ora em debate. Houve, evidentemente, um equívoco. A prova está em que o parecer não foi aprovado unanimemente. Houve contra ele não só o voto dos dois Srs. Senadores citados, como o do eminentíssimo Senador Josaphat Marinho.

A arguição de inconstitucionalidade baseia-se na alegação de que o projeto aumenta a despesa pública. Tive a maior preocupação, ao elaborá-lo, em evitar que acarretasse ônus, propondo a realização do plebiscito concomitantemente com as eleições gerais, a se realizarem em 1966. Quero referir-me a eleições diretas. Para essas eleições o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre dispõe de verba própria para a confecção de cédulas, sendo de se ressaltar que, para a realização do plebiscito, não haveria necessidade de uma cédula em separado; bastaria que se acrescentasse uma ou duas palavras na cédula única.

Esse fato foi por mim assinalado no final da minha justificativa ao dizer:

"Para que, porém, antes disso, não subsista dúvida quanto ao aspecto político de um problema tão inteligentemente já equacionado em seus termos econômicos e técnicos, tomamos a iniciativa da apresentação do presente projeto, que visa à realização de um plebiscito, coincidente com as eleições de 1966, e, por isso mesmo, não oneroso para os cofres públicos."

Houve, portanto, equívoco de parte do nobre Relator, Senador Bezerra Neto, a cuja lealdade, espírito público e consciência jurídica dirijo um apelo e ao mesmo tempo, o faço aos meus ilustres colegas, no sentido de que este projeto seja apreciado no seu mérito, que não quero discutir neste momento e que fica ao alto juízo das Comissões competente.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. BEZERRA NETO:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Tem a palavra o Sr. Senador Bezerra Neto, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. BEZERRA NETO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, ao relatar o projeto na Comissão de Constituição e Justiça e verificando que a matéria versava sobre plebiscito, entendi que a sua rea-

lização implicaria em majoração de gastos, não permitida pelo Ato Institucional vigente.

Na Comissão, houve divergências, que me impressionaram do ponto de vista prático: e que o projeto, cujo parecer, de minha autoria, a Comissão acabou por aceitar, prevê, como atribuição do Poder Judiciário, a realização de plebiscito. O Poder Judiciário tem suas verbas específicas para as eleições. Acredito que, este ano, terá mais recursos materiais dentro das dotações consignadas no Orçamento porque, no Estado do Acre e em outros dez onde se realizarão eleições para Governador e, no âmbito federal, para Presidente e Vice-Presidente da República, essas eleições serão indiretas, o que implicará em vultosa economia. Assim, a Justiça Eleitoral terá significativo saldo orçamentário e, a conta desse saldo, poderá determinar a realização desse plebiscito, porque o artigo 2º do projeto prevê como atribuição exclusiva do Poder Judiciário realizar esta consulta popular.

De modo que, sendo a mesma exclusiva do Poder Judiciário e não havendo outra providência financeira no projeto, somente neste aspecto, e por ele, entendo que o Plenário pode aprovar a proposição.

O Sr. Aloysio de Carvalho — E os outros membros da Comissão que ficaram com V. Ex?

O SR. BEZERRA NETO — Não há increpações. Estou dizendo que, dados os fatos novos surgidos, incumba ao Poder Judiciário realizar esse plebiscito. O Poder Judiciário tem verba específica para eleições e essas foram simplificadas em matéria de despesa.

O Sr. Filinto Müller — A única arguição que V. Ex.ª fazia era a da despesa?

O SR. BEZERRA NETO — Sim, a do aumento de despesa.

O Sr. Aloysio de Carvalho — Quer dizer que a matéria fica sem parecer?

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Para esclarecimento do Plenário, cumpre à Presidência informar que o parecer do Relator, pela inconstitucionalidade do projeto, é fundamentado em que a realização do plebiscito criaria despesas ao Erário e tal iniciativa é vedada pelo Ato Institucional de 1965, ao Poder Legislativo. O voto do Relator foi aprovado pela maioria dos membros da Comissão.

O SR. BEZERRA NETO — Senhor Presidente, aceitando a observação do nobre Senador Aloysio de Carvalho, não se trata de retirada do parecer, que está inteiro para a época em que foi proferido. Face, porém, às ponderações do autor do projeto, entendo, mesmo com o parecer como está, mas tendo em vista a nova realidade, da disponibilidade de recursos do Poder Judiciário, de não se atribuir ao Executivo despesas para esse fim, entendo que o Senado, atendendo a esse aspecto, pode aprovar o projeto. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Continua em discussão a preliminar. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, declaro-a encerrada.

Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está rejeitado.

O SR. ADALBERTO SENA:

(Pela ordem) — Senhor Presidente, requiero verificação da votação.

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Vai-se proceder à verificação da votação solicitada pelo nobre Senador Adalberto Sena. (Pausa.)

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram levantar-se. (Pausa.) Queiram sentar-se os Srs. Senadores que aprovaram o projeto e levantem-se os que o rejeitam. (Pausa.)

Aprovaram o projeto 6 Srs. Senadores e 17 Srs. Senadores o rejeitaram.

Não houve quorum.

O Sr. 1º Secretário procederá à chamada para verificação de quorum e para votação.

(Procede-se à chamada.)

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Votaram "Sim" 9 Srs. Senadores e "Não" 24. A Presidência completa o "quorum". O projeto foi rejeitado e será arquivado consequentemente.

E' o seguinte o projeto arquivado:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 1965

Dispõe sobre a realização de plebiscito na região acreana do Vale do Juruá-Tacaná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será realizado um plebiscito para a manifestação da vontade popular na região acreana do Vale do Juruá-Tacaná, em face dos pronunciamentos ali surgidos em prol da criação de um Território Federal, desmembrado do Estado do Acre e abrangendo a atual área geográfica daquela região.

Parágrafo único. O plebiscito referido neste artigo processar-se-á concomitantemente com as próximas eleições gerais a serem realizadas, em 1966, nas zonas eleitorais de Cruzeiro do Sul, Taracá e Feijó.

Art. 2º O Poder Judiciário tomará as providências e expedirá as instruções necessárias à oportuna execução desta Lei.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 12, DE 9 DE MARÇO DE 1966

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Glory Soares dos Santos Martins Ferreira,

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Item 11:

Discussão, em primeiro turno (3º dia), do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1965, apresentado pelo Senhor Senador José Ermirio de Moraes e outros, que dá nova redação ao § 1º, do artigo 153, da Constituição Federal, tendo Parecer favorável, sob número 24, de 1966, da Comissão Especial.

Em discussão o Projeto no seu terceiro dia do primeiro turno. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar manifestar-se, declararei encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

O Projeto voltará à Ordem do Dia para o quarto dia de discussão.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há horadores inscritos. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar vou encerrar a sessão, designando para a próxima a seguinte

ORDEN DO DIA

SESSÃO EM 11 DE MARÇO DE 1966

(Sexta-feira)

1

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 22, de 1965, que modifica a Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União) — projeto aprovado nos termos de subemenda da Comissão de Constituição e Justiça, na sessão de 20.10.65, tendo Parecer, sob nº 1.250, de 1965, da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

2

Discussão, em primeiro turno (2º dia), do Projeto de Emenda à Constituição nº 1, de 1965, apresentado pelo Sr. Senador José Ermirio de Moraes e outros, que dá nova redação ao § 1º, do artigo 153, da Constituição Federal, tendo Parecer favorável, sob nº 24, de 1966, da Comissão Especial.

O SR. PRESIDENTE (Cattete Pinheiro) — Está encerrada a sessão.

(Encerra-se a sessão às 15 horas e 50 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº 12, DE 9 DE MARÇO DE 1966

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Glory Soares dos Santos Martins Ferreira,

Oficial Legislativo, PL-6, para exercer as funções de Secretária de seu Gabinete.

Secretaria do Senado Federal, em 9 de março de 1966 — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

COMISSÃO MISTA PARA ESTUDO DO PROJETO DE LEI Nº 1, DE 1966, QUE "FIXA NORMAS DE DIRETO AGRÁRIO, DISPÕE SOBRE O SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE REFORMA AGRÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Aviso

1 — A Comissão receberá Emendas nos dias 11, 12, 14, 15 e 16 de março;
2 — As Emendas deverão ser encaminhadas ao 11º andar do Anexo do Senado Federal nos horários das 9,00 às 19,00 horas e durante a noite, quando houver Sessão em qualquer das duas Casas do Congresso;
3 — Término do prazo para apresentação de Emendas na Comissão: dia 16, às 24,00 horas;

4 — As Emendas só serão recebidas, quando acompanhadas de um original e três cópias;

5 — Encerrado o prazo de entrega das Emendas, será aberto o prazo de 24 (vinte e quatro) horas constante do parágrafo único, do artigo 3º das Normas, para recebimento de Recursos;

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá na Secretaria da Comissão Plantão ininterrupto, para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do Relator, perante a Comissão, dar-se-á no dia 22 (vinte e dois), às 16,30 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Em 10 de março de 1966 — Senador Antônio Carlos, Vice-Presidente no exercício da Presidência.

MESA

Presidente — Moura Andrade
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama
 1º Secretário — Dinarte Mariz
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Adalberto Sena
 4º Secretário — Cattete Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondin
 3º Suplente — Vasconcellos Torres
 4º Suplente — Raul Giuberti

AGRICULTURA

Presidente: Senador José Ermírio
 Vice-Presidente: Senador Eugênio Barros

TITULARES

Eugênio Barros
 José Feliciano
 José Ermírio
 Nelson Maculan
 Lopes da Costa
 Antônio Carlos
 Dylton Costa

SUPLENTE

1. José Leite
 2. Atílio Fontana
 3. Dix-Huit Rosado
 4.
 5. Daniel Krieger
 6. João Agripino
 7. Aurélio Vianna

Secretário: J. Ney Passos Dantas
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente: Senador Afonso Arinos
 Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves.

TITULARES

Jefferson de Aguiar
 Antônio Baibino
 Wilson Gonçalves
 Ruy Carneiro
 Edmundo Levi
 Bezerra Neto
 Arthur Virgílio
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira

Josaphat Marinho**SUPLENTE**

1. Menezes Pimentel
 2. José Feliciano
 3. Filinto Müller
 4. Benedito Valladares
 5. Argemiro Figueiredo
 6. Mello Braga
 7. Oscar Passos
 8. Daniel Krieger
 9. Eurico Rezende
 10. João Agripino
 11. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

DISTRITO FEDERAL

Presidente: Senador Aurélio Vianna
 Vice-Presidente: Senador Pedro Ludovico.

TITULARES

Pedro Ludovico
 Walfredo Gurgel
 Arthur Virgílio
 Mello Braga
 Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Aurélio Vianna

COMISSÕES PERMANENTES**SUPLENTE**

1. José Feliciano
 2. Benedito Valladares
 3. Bezerra Neto
 4.
 5. Zacarias de Assunção
 6. Lopes da Costa
 7. Lino de Mattos
 Secretário: Alexandre Mello
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

ECONOMIA

Presidente: Senador Atílio Fontana
 Vice-Presidente: Senador José Ermírio.

TITULARES

Atílio Fontana
 José Feliciano
 José Leite
 José Ermírio
 Nelson Maculan
 Adolpho Franco
 Lopes da Costa
 Irineu Bornhausen
 Miguel Couto

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
 2. Sigefredo Pacheco
 3. Sebastião Archer
 4. Bezerra Neto
 5. Mello Braga
 6. Zacarias de Assunção
 7. José Cândido
 8. Mem de Sá
 9. Aurélio Vianna
 Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16:30 horas.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Presidente: Senador Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Senador Padre Calazans.

TITULARES

Menezes Pimentel
 Walfredo Gurgel

 Arthur Virgílio
 Padre Calazans
 Mem de Sá
 Arnon de Mello

SUPLENTE

1. Benedito Valladares
 2. Sigefredo Pacheco
 3. Edmundo Levi
 4. Mello Braga
 5. Afonso Arinos
 6.
 7. Josaphat Marinho
 Secretária: Aracy O'Reilly de Souza
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16:30 horas.

FINANÇAS

Presidente: Senador Argemiro Figueiredo
 Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Walfredo Gurgel
 Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Pessoa de Queiroz

Irineu Bornhausen
 Eurico Rezende
 Mem de Sá
 Aurélio Vianna
 Lino de Mattos

SUPLENTE

1. Atílio Fontana
 2. José Guimard
 4. Nelson Maculan
 3. Eugênio Barros
 4. Menezes Pimentel
 5. Pedro Ludovico
 6. José Ermírio
 7. Edmundo Levi
 8. Mello Braga
 9. Oscar Passos
 10. João Agripino
 11. Adolpho Franco
 12. Daniel Krieger
 13.
 14. Josaphat Marinho
 15. Miguel Couto
 Secretário: Hugo Rodrigues de Figueiredo
 Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente: Senador José Feliciano
 Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

TITULARES

José Feliciano
 Atílio Fontana
 Nelson Maculan
 Barros Carvalho
 Adolpho Franco
 Irineu Bornhausen
 Dylton Costa
 SUPLENTE
 1. Lobão da Silveira
 2. Sebastião Archer
 3. Vivaldo Lima
 4. Oscar Passos
 5. Lopes da Costa
 6. Eurico Rezende
 7. Aarão Steinbruch

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão
 Reuniões: Quintas-feiras, às 16:30 horas.

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Vivaldo Lima
 Vice-Presidente: Senador Walfredo Gurgel

TITULARES

Ruy Carneiro
 Walfredo Gurgel
 Atílio Fontana
 Eugênio Barros
 Vivaldo Lima
 Edmundo Levi
 Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Aarão Steinbruch
 SUPLENTE
 1. José Guimard
 2. Sigefredo Pacheco
 3. José Leite
 4. Lobão da Silveira
 5.
 6. Pessoa de Queiroz
 7. Lopes da Costa
 8. Zacarias de Assunção
 9. Dylton Costa

Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

MINAS E ENERGIA

Presidente: Josaphat Marinho
 Vice-Presidente: José Ermírio.

TITULARES

Benedito Valladares
 Jefferson de Aguiar
 José Ermírio
 Argemiro Figueiredo
 João Agripino
 Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Pedro Ludovico
 2. Filinto Müller
 3.
 5. José Cândido
 6. Afonso Arinos
 7. Arnon de Mello
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quartas-feiras, às 14:30 horas.

POLICENO DAS SECAS

Presidente: Ruy Carneiro
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

TITULARES

Ruy Carneiro
 Sebastião Archer
 Argemiro Figueiredo
 Dix-Huit Rosado
 João Agripino
 Heribaldo Vieira
 Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. Sigefredo Pacheco
 2. José Leite
 3. José Ermírio
 4.
 5. Lopes da Costa
 6. Antônio Carlos
 7. Dylton Costa
 Secretário: Cláudio D. Carneiro Leal
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

PROJETOS DO EXECUTIVO

Presidente: João Agripino
 Vice-Presidente: Jefferson de Aguiar

TITULARES

Wilson Gonçalves
 José Guimard
 Jefferson de Aguiar
 José Ermírio
 Bezerra Neto
 João Agripino
 Antônio Carlos
 Lino de Mattos
 Mem de Sá

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
 2. José Feliciano
 3. Ruy Carneiro
 4. Mello Braga
 5. Edmundo Levi
 6. Daniel Krieger
 7. Adolfo Franco
 8. Aurélio Vianna
 9.
 Secretário: José Soares
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

REDAÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz.

TITULARES

Walfredo Gurgel
 Sebastião Archer
 Dix-Huit Rosado
 Antônio Carlos
 Josaphat Marinho

SUPLENTE

1. Lobão da Silveira
 2. José Feliciano
 3. Edmundo Levi
 4. Eurico Rezende
 5. Dylton Costa
 Secretária: Sarah Abrahão
 Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

RELAÇÕES EXTERIORES

Presidente: Benedito Valladares
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz.

TITULARES

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Menezes Pimentel
José Guilomard
Pessoa de Queiroz
Vivaldo Lima
Oscar Passos
Antônio Carlos
José Cândido
Rui Palmeira
Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Victorino Freire
3. Wilson Gonçalves
4. José Leite
5. Nelson Maculan
6.
7. Mello Braga
8. Padre Calazans
9. João Agripino
10. Mem de Sá
11. Arnon de Mello
Secretário: S. B. Gastejon Branco
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas.

SACCE

Presidente: Sigefredo Pacheco
Vice-Presidente: José Cândido.

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Pedro Ludovico
Dix-Huit Rosado
José Cândido
Miguel Couto

SUPLENTE

1. Walfredo Gurgel
2. Eugênio Barros
3.
4. Lopo da Costa
5. Lino de Matos

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 18 horas.

SEGURANÇA NACIONAL

Presidente: Zacarias de Assunção
Vice-Presidente: Oscar Passos.

TITULARES

José Guilomard
Victorino Freire
Oscar Passos
Silvestre Fêrlicio

Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen
Aarão Steinbruch

SUPLENTE

1. Ruy Carneiro
2. Atílio Fontana
3. Dix-Huit Rosado
4. José Ermir
5. Adolpho Franco
6. Eurico Rezende
7. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Presidente: Padre Calazans
Vice-Presidente: Victorino Freire.

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Victorino Freire
Mello Braga
Silvestre Peres
Padre Calazans
Aloysio de Carvalho
Aurélio Vianna

SUPLENTE

1. José Leite
2. Filinto Müller
3.
4. Dix-Huit Rosado

8. Antônio Carlos

6. Mem de Sá

7. Miguel Couto

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Terças-feiras, às 12 horas.

**TRANSPORTES
COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

Presidente: Lopes da Costa
Vice-Presidente: Mello Braga.

TITULARES

Eugênio Barros
José Leite
Mello Braga
Lopes da Costa
Arnon de Mello

SUPLENTE

1. Jefferson de Aguiar
2. José Guilomard
3. Bezerra Neto
4. Irineu Bornhausen
5. Josaphat Marinho

Secretário: Gerardo Lima de Aguiar

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas.